

# Uma febre dançante no Rio de Janeiro: cultura negra e associativismo recreativo

A dancing fever in Rio de Janeiro: black culture and recreational associativismo

Isabelle Cristina da Silva Pires\*

**Resenha:** PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança:** clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. 359 p.

**Palavras-chave:** associativismo recreativo; cultura negra; Rio de Janeiro.

**Keywords:** recreational associativism; black culture; Rio de Janeiro.

Era um baile perfeitamente brasileiro, onde a gente estava a seu gosto e dançava sem se dar ao incômodo de uma apresentação. Não haviam espalhos: haviam olhos pretos e langues, carnes florescentes, tirando a cor de canela, cabelos que lembravam a pimenta do reino. No mais era liberdade, a igualdade e a fraternidade.<sup>1</sup>

**O** TRECHO EM DESTAQUE faz parte de uma crônica intitulada “Crônicas da boemia: um baile na Cidade Nova”, que foi publicada no jornal *O Mequetrefe*, em 6 de março de 1880, por Comt’Oscar. No texto, o cronista procurava ressaltar a singularidade daquela festa realizada por trabalhadores/as, em sua maioria pretos/as e pardos/as, e reforçava a peculiaridade existente naquele evento se comparado àqueles frequentados pelas classes abastadas da cidade. E é nessa singularidade que se pauta o livro *A cidade que dança*, de

\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Graduação em História pela UFRRJ. E-Mail: isabellecpires@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4554-9529>.

1 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança:** clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 27.

Leonardo Pereira (PUC-Rio), lançado em 2020. Resultado final de uma pesquisa iniciada em 2007, a obra se dedica a acompanhar a história de clubes dançantes e bailes negros entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, atentando para as disputas e tensões a partir das quais ritmos, musicalidades e práticas, que viriam a se tornar símbolos da nacionalidade, puderam se afirmar. O autor propõe-se então a compreender os modos e as motivações de homens e mulheres negros/as que frequentavam esses espaços na tentativa de torná-los elemento central de suas experiências.

Em diálogo com a pesquisa de Juliana da Conceição Pereira (2017), que tratou de analisar os códigos de moralidade adotados em bailes realizados em clubes dançantes, frequentados por trabalhadores/as populares de maioria negra, entre 1904 e 1912, Leonardo Pereira recua mais no tempo, adentrando o século XIX, para acompanhar a proliferação dessas associações recreativas que começavam a surgir aos montes, em diversos bairros do Rio de Janeiro nas últimas décadas oitocentistas. Para além de associações mutualistas fundadas por homens negros livres, ao longo daquele século, que se destinavam a promover educação, socorros financeiros e a conquista de serviços para seus associados,<sup>2</sup> o autor nos permite conhecer sociedades que se dedicavam ao lazer propiciado por bailes e outras festividades, cujos/as membros/as se articulavam geralmente por laços de trabalhos ou vizinhança e funcionavam, muitas vezes, na sala da casa de um dos associados. Assim, o livro oferece uma importante contribuição para ampliarmos o olhar sobre as formas de divertimento organizadas por pessoas negras nas décadas finais dos oitocentos e o quanto esses elementos de diversão impactaram na cultura popular e nos símbolos da nacionalidade brasileira. Diferentemente de pesquisas que se centraram numa certa ausência de espaços institucionais de expressão formados por trabalhadores afrodescendentes por conta da repressão policial<sup>3</sup> e daquelas que viam as manifestações culturais de base negra pela lógica da “resistência” em virtude da ameaça modernizadora que acompanhou a instauração da República,<sup>4</sup> o livro de Leonardo Pereira busca compreender as noções próprias dos homens e das mulheres que participavam desses espaços dançantes para além de uma lógica de “simples expressão da alienação ou da insubordinação desses trabalhadores”.<sup>5</sup>

Apesar do recurso ao uso do termo “trabalhadores”, de modo geral, no livro, é possível entender que assim como descreveu um jornalista da *Gazeta de Notícias*, em 6 de janeiro de 1906, esses sujeitos organizadores e frequentadores desses clubes seriam “gente do trabalho, na maioria operários”.<sup>6</sup> Se atentarmos mais detidamente às referências às ocupações dessas pessoas, podemos identificar operários/as têxteis, carpinteiro, cocheiro,

2 MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

3 HERTZMAN, Marc. **Making samba**: a new history of race and music in Brazil. Durham: Duke University Press, 2013.

4 SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998; SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

5 PEREIRA, op. cit., p. 15.

6 Ibidem, p. 107.

foguista, trabalhador em padaria, pedreiro, operário da construção civil, ama-seca, costureiras, empregadas domésticas, criadas de servir, entre outros. Para além do bairro da Cidade Nova, essas associações dançantes se espalharam a partir das décadas finais dos oitocentos por entre os subúrbios, bairros operários e outras localidades habitadas por famílias de baixa renda. Essas menções à ocupação e ao local de moradia nos permitem conhecer melhor o perfil social desses homens e mulheres participantes da febre dançante, analisados/as por Leonardo Pereira.

Dividido em seis capítulos e um epílogo, a obra discorre sobre os aspectos raciais, de gênero e classe e a busca pela cidadania e legitimidade na formação desses clubes recreativos ao tratar do processo de afirmação desses espaços a partir de 1880 e ao longo da Primeira República. No primeiro capítulo, o autor aborda o surgimento de novas práticas musicais e dançantes que, nesse período, pautariam o desenvolvimento de um fenômeno associativo que se espalharia por diversos bairros e regiões do Rio de Janeiro, tendo na Cidade Nova um importante palco, dado que na localidade residia uma grande quantidade de trabalhadores negros escravizados e livres, assim como muitos imigrantes europeus de baixa renda. Na virada do século XIX para o XX, o bairro acabou por se definir como base territorial de afirmação da cultura afrodescendente e, posteriormente, como símbolo de afirmação de um modelo de nacionalidade. Aspecto também percebido por Juliana Pereira, que analisou em sua tese de doutorado o processo de definição do maxixe enquanto uma prática de dança negra fortemente associada à Cidade Nova.<sup>7</sup> Para além de demarcar uma cena cultural no Rio de Janeiro, esses gêneros musicais afirmavam sua ligação, mesmo que indireta, com os muitos grupos do Atlântico. Por meio da dança, eles mostravam interação através das práticas musicais dos ex-escravizados e seus descendentes espalhados pela América.

Nesse capítulo, então, Leonardo Pereira busca compreender não somente o caminho pelo qual se constrói a singularidade desses festejos promovidos por sociedades dançantes nessa região da cidade, como também atenta para o modo como ela contribuiu para a redefinição do cenário musical e dançante carioca no período analisado. O autor aponta que nomes como o do cronista Comt'Oscar (pseudônimo de Lins de Albuquerque) contribuíram para fomentar uma marca negra essencial nesse processo de formação da cultura da localidade. Essa interação entre a imprensa empresarial e o universo cultural dos trabalhadores foi analisada mais detidamente pelo autor em um artigo anteriormente publicado.<sup>8</sup> Nele, salienta que a aproximação de muitos grupos de trabalhadores com os grandes jornais comerciais representava uma forma de garantir prestígio e legitimidade. Frente à constante ameaça contra suas formas de lazer, religiosidade e luta, a imprensa se

7 PEREIRA, Juliana da Conceição. **Da Cidade Nova aos palcos**: Uma história social do maxixe (1870-1930). 2021. Tese (Doutorado) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

8 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História**, São Paulo, v. 35, e99, 2016.

tornou frequentemente aliada na busca por afirmar a força, a singularidade e a moralidade de suas práticas, crenças e experiências. Ao passo que o alcance conquistado por cada associação servia também para distingui-las das demais, possibilitando aos grupos que faziam uso dessas brechas uma projeção singular.<sup>9</sup> Assim, esse novo padrão de associativismo dançante passava a se consolidar como resultado das disputas, conexões e trocas que demarcaram a experiência de seus frequentadores ao longo do processo de passagem do período imperial para o republicano.

O argumento de que a relação entre a imprensa comercial e as associações dançantes foi vantajosa para a construção da legitimidade desses espaços também foi defendido no livro. Tendo como título “Uma febre dançante”, no segundo capítulo, o autor procura entender esse fenômeno que se alastrava pela capital federal tanto pelos motivos que o fomentaram quanto através dos fatores que possibilitaram sua disseminação, demonstra que a negociação travada com a imprensa empresarial foi fundamental nesse processo, visto que se, de um lado, foi fruto da força alcançada pelo associativismo recreativo durante a febre dançante vivenciada na cidade no período, do outro, essa interação viria a aumentar a força do fenômeno ao longo dos anos posteriores. Pereira discute ainda que havia códigos e perspectivas partilhados entre os clubes recreativos que ajudavam homens e mulheres trabalhadores/as a organizar suas relações, sociabilidades e suas diferenças. Destaco a predominância de conflitos entre os homens dessas diferentes associações, demonstrando assim que tais embates, frente a uma lógica de rivalidade, tendiam a desencadear em confrontos físicos. Não estando as mulheres no centro desses enfrentamentos, bem diferente do que o autor analisa no capítulo seguinte.

As disputas que se articulavam em torno das noções de gênero tiveram destaque no terceiro capítulo. Nele, o autor atenta para as bases morais comuns estabelecidas pelos membros dessas associações dançantes, bem como para as diferenças e tensões manifestadas no cotidiano dessas sociedades, focalizando as relações de gênero. Foram salientados conflitos nos quais a defesa da honra e da moralidade feminina era a causa de disputas e embates entre os componentes das associações. Pereira também ressalta os casos atrelados à defesa da honra dos próprios homens, supostamente questionada por conta do comportamento independente de muitas das mulheres frequentadoras, que não se encaixavam na imagem de recato total estabelecida para elas nas regras sociais desses clubes. Ativas na escolha de seus pares nas danças, elas contestavam cotidianamente o papel atribuído a elas nos estatutos dessas associações, atitude esta que causava desespero em seus pretendentes. Em sua dissertação, Juliana Pereira entende que as mulheres encontraram caminhos de luta e subversão nessas associações dentro dos limites possíveis, ponderando que determinadas condutas eram suscetíveis à condenação

9 PEREIRA, op. cit., p. 17.

da comunidade dançante, que as colocava como maus exemplos para as boas moças.<sup>10</sup> Contudo, Leonardo Pereira defende que as mulheres desses clubes conseguiram consolidar seu lugar e sua força na defesa da causa feminina a partir de suas próprias experiências e preocupações. Com isso, em pouco tempo, construíram um modelo para as frequentadoras dos bailes mais elegantes, que, tempos depois, buscariam defender um direito que as mulheres trabalhadoras já haviam conquistado.

É abordado ainda que os códigos de vestimenta e as regras comportamentais registrados nos estatutos dessas associações recreativas organizadas pelos trabalhadores demonstravam que, ao contrário do que supunham alguns homens de letras e seus preconceitos para com os populares, as normas morais eram muito mais rígidas nesses clubes do que nos salões elegantes. O que evidenciava a maior preocupação da diretoria das sociedades de trabalhadores/as de maioria negra em moralizar esses espaços de lazer e afastá-los de noções atreladas à imoralidade e à devassidão, visto que as classes populares e, sobretudo as pessoas afrodescendentes, eram muitas vezes consideradas como “classes perigosas” e eram as mais associadas a todos os tipos de vícios.<sup>11</sup> Pode-se entender então que esses clubes recreativos eram fruto de negociação e disputas entre seus fundadores e participantes e representantes da elite e da repressão da cidade, como jornalistas, juízes e policiais, acarretando em um modelo festivo singular a homens e mulheres negros/as da classe trabalhadora.

Uma maior atenção às disputas relativas às tensões raciais foi dada no quarto capítulo, sendo analisado o modo como em um contexto social marcado pelo racismo científico, esses homens e mulheres fizeram dessas sociedades recreativas um instrumento para criação de uma imagem positiva sobre seus costumes e práticas. Nesse sentido, o autor apresenta casos que deixam claro que, nos debates raciais daquele momento, a negritude era atrelada à degeneração e à inferioridade racial; no entanto, dentro dessas pequenas associações dançantes, ela representava motivo de orgulho. Era, portanto, por meio da negritude que os membros definiam a peculiaridade de seus clubes, marca esta reconhecida por jornalistas e homens de letras do período. Pereira então identifica um esforço de sofisticação atrelado à lógica racial de exclusão que atingia com força os componentes desses espaços de lazer com grande presença negra. Percebe, com isso, que mais do que afirmar sua legitimidade, tal esforço atuava no sentido de disputar inclusão no modelo de modernidade que estava sendo construído no momento. Ao se colocarem como parte do país e dialogarem com os padrões estéticos compartilhados pela elite, os integrantes desses clubes faziam deles um meio de lutar pela incorporação à nova imagem de nacionalidade que se definia. Embora isso não tenha sido suficiente para evitar preconceitos e perseguições que sofreriam nos

10 PEREIRA, Juliana da Conceição. **Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da Primeira República**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. p. 124.

11 CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20-29.

anos seguintes, o autor ressalta que essa não foi uma conquista pequena numa sociedade fortemente marcada pelo racismo.

Intitulado “No ritmo da cidadania”, no capítulo seguinte, o autor procura analisar como as noções de ação política que marcaram a experiência de grande parte dos frequentadores desses clubes, desde o período escravocrata, fomentaram um processo de busca por direitos, tendo essas associações como meio de articulação social para esses trabalhadores. Sem criar uma oposição com o posicionamento dos militantes operários, trata de investigar como esses homens e mulheres fizeram do lazer um canal de defesa de seus direitos e de sua cidadania. Assim, Pereira demonstra que em momentos de enfrentamento as fronteiras entre o lazer e a luta se dissipavam para os/as associados/as desses grêmios, tornando esses espaços instrumentos de lutas cotidianas por direitos. Longe de aliená-los, esses clubes tornavam-se ambientes efetivos de organização social.

No sexto e último capítulo, Leonardo Pereira se concentra nas práticas musicais e dançantes que traçaram o perfil dessas associações recreativas negras da cidade, buscando salientar o sentido do processo de consolidação do samba para os/as trabalhadores/as participantes daqueles clubes, assim como atenta para a noção através da qual eles tornaram essa musicalidade um instrumento de inserção na imagem nacional. O autor aponta que diante de tentativas de construção do samba como um produto da lapidação de intelectuais que afirmavam sua originalidade, alguns expoentes da imprensa, como *Vagalume*, defendiam o protagonismo de homens e mulheres trabalhadores/as integrantes de clubes dançantes no processo de afirmação dessa musicalidade singular. Assim, o sucesso conquistado pelo ritmo, tornando-se representante da originalidade musical brasileira, estaria diretamente atrelado às noções, experiências e ações desses sujeitos que o haviam transformado no novo símbolo da garra e da vitalidade dessas associações.

Por fim, no epílogo, Pereira atenta para o processo que ocorreu a partir do final da década de 1920, o surgimento de novas associações dedicadas exclusivamente para atividades carnavalescas, que rapidamente tiveram destaque entre os populares e a imprensa. Muitos dos fundadores dessas novas associações costumavam compor os pequenos clubes dançantes das décadas anteriores, o que deixava claro a ligação entre esses grêmios. Com o sucesso das escolas de samba, a lógica associativa dos clubes dançantes passava a perder sua razão de ser. Contudo, é ressaltado que os laços de continuidade entre esses grêmios garantiam que a força da memória mantivesse vivo esse movimento associativo dançante.

Portanto, essa obra é uma importante contribuição para os estudos de associativismo recreativo e cultura negra no Brasil. Ao procurar entender as lógicas próprias aos homens e mulheres negros/as que construíram esses clubes dançantes e participavam de seus bailes, Pereira nos mostra o quanto essa forma de lazer estava atrelada à defesa da cidadania, à valorização da negritude e da cultura negra e à legitimidade de sua marca social singular. Assim, ao buscar legitimar e afirmar seu espaço na vida social da cidade, o autor demonstra

que esses/as trabalhadores/as teceram redes de sociabilidades e converteram-se em sujeitos ativos em um processo de inclusão nas noções de nacionalidade e modernidade que estavam sendo construídas no período.

Recebido em 19/03/2022

Aprovado em 07/11/2022